



BANCOS PRIVADOS DISTRIBUÍRAM R\$ 37 BI EM DIVIDENDOS

Dado comprova que lucro nem sequer é reinvestido nas próprias instituições. Trabalhadores e clientes perdem, mas os acionistas estão cada vez mais ricos

Em 2018, Itaú, Santander e Bradesco, os três maiores bancos privados do país distribuíram R\$ 36,8 bilhões aos acionistas em dividendos, juros sobre o capital próprio e recompra de ações. O valor equivale a 61,7% do lucro líquido ajustado que os três bancos somados tiveram no ano passado (R\$ 59,695 bilhões).

O número foi impulsionado principalmente pelo Itaú, que anunciou pagamento adicional de R\$ 16,4 bi em dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas. Assim, o valor distribuído alcançou o recorde de R\$ 22,9 bi, equivalente a 89,2% do lucro líquido de 2018.

O presidente do Sindicato, Roberto Carlos Vicentim, avalia que a lucratividade das instituições financeiras cresce enquanto bancários estão cada vez mais sobrecarregados nas agências, por conta da redução no número de funcionários. Vicentim ressalta que a categoria é uma das que mais adoecem, e um dos motivos, além da sobrecarga crescente, são as exigências constantes para bater metas cada vez maiores.

“Os bancos estão lucrando à custa da saúde do trabalhador e dos juros e tarifas exorbitantes que cobram dos clientes. Em troca disso, devolvem desemprego e serviços cada vez mais precarizados à sociedade”, critica o presidente da entidade.

BANCOS LUCRAM À CUSTA DO TRABALHADOR. BASTA DE ASSÉDIO MORAL!

A busca desenfreada por lucros cada vez mais altos impulsiona os bancos a exigir uma maior produtividade dos funcionários. As reduções de custo das instituições financeiras também impactam diretamente na vida do trabalhador. Com demissões e aumento de clientes, os funcionários ficam sobrecarregados. Como reflexo da redução de bancários nas agências e do aumento da pressão pelo cumprimento de metas abusivas, os transtornos psicológicos se tornaram a maior causa de afastamentos da categoria, tendo aumentado 60% o número de trabalhadores afastados nos últimos 8 anos, segundo dados do INSS.

Perseguições; exigências para superar os percentuais de rentabilidade abusivos estabelecidos pela direção dos bancos; palavras de baixo calão; cobranças repetitivas e sistemáticas; ameaça de demissão são algumas das situações relatadas por bancários de todo país, inclusive de nossa base territorial.

Mediante às denúncias, o Sindicato tem cobrado das instituições financeiras providências

imediatas para que as práticas de assédio moral sejam extintas do ambiente de trabalho. Mas para que a ação da entidade seja bem sucedida, é essencial a participação de todos.

Conquista da Campanha 2010, o instrumento de combate ao assédio moral é um direito da categoria, previsto na CCT. Através dele, as denúncias são encaminhadas aos bancos, cabendo a estes o prazo de até 45 dias para que se pronunciem a respeito, embora este prazo não esteja sendo cumprido pelas instituições. Em algumas situações, os bancos apenas reorientam os assediadores, o que não tem resultado em efeitos concretos no combate à prática. Temos como exemplo casos de reincidência em agências do Bradesco e BB de nossa base. “O Sindicato não aceitará que trabalhadores sejam humilhados ou pressionados no desempenho de suas funções. Caso as instituições não tomem providência urgente, o Sindicato tomará outras medidas cabíveis. Os bancos podem comprar sua força de trabalho, mas não sua saúde”, reforça o secretário geral do Sindicato, Júlio César Trigo.



MENSAGEM AO LEITOR

Roberto Vicentim
Presidente

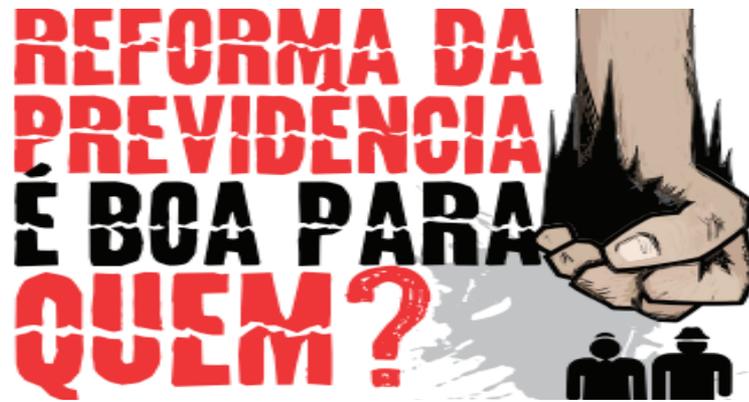
Há uma ameaça constante de aprovação da Reforma da Previdência no país. Em 2018, a luta dos trabalhadores junto aos movimentos sindicais e sociais fez com que os parlamentares recuassem. Agora, o momento exige novamente nossa mobilização e resistência. O governo pretende encaminhar ao Congresso ainda em fevereiro uma nova proposta, que inclui regime de capitalização.

O sistema proposto é ideal para uma população que tem emprego formal e estável e, conseqüentemente, tem chances de poupar parte do salário. No Brasil, enfrentamos a precariedade no mercado de trabalho, o desemprego e a informalidade. Aqueles que não conseguirem poupar devido ao baixo salário ou desemprego, terão de viver com suas baixas poupanças ou não terão pensão.

A juventude também é um dos segmentos que mais podem ser prejudicados, tendo de trabalhar e contribuir para a previdência por mais tempo. Quem está se inserindo agora no mercado de trabalho, além de ter de enfrentar retrocessos como a terceirização e a reforma trabalhista, terá ainda que passar por isso por um maior período. Como fica a qualidade de vida neste contexto?

Um exemplo de que só a mobilização dos trabalhadores e sua organização junto ao Sindicato são fundamentais para a garantia de direitos e o efetivo combate aos retrocessos são os avanços obtidos na Campanha Nacional 2018, que preservaram inúmeras conquistas da categoria. Por isso, convocamos todos os trabalhadores a permanecerem ainda mais unidos e persistirem na defesa de um Brasil melhor, mais desenvolvido e menos desigual, sobretudo na defesa da aposentadoria. Não podemos permitir que retirem um direito essencial para o trabalhador. Não fique alheio a esta luta, que é de todos nós.

► Desgoverno



A proposta de reforma da Previdência está prevista para ser entregue ao Congresso neste mês e, além de alterar as regras de idade mínima para a aposentadoria, também deve incluir a substituição do regime atual por um modelo de capitalização, que tem como referência o sistema utilizado no Chile, no qual cada trabalhador fará a sua própria poupança, de forma individual.

O resultado disso é simples e cruel: quem ganha bem poderá aplicar no sistema e terá uma aposentadoria digna. Quem ganha mal (a maioria dos brasileiros) receberá pensões miseráveis. No Chile, por exemplo, atualmente metade dos idosos não se aposentam. E 90% dos que se aposentam recebem no máximo dois terços do salário mínimo daquele país.

Dessa forma, a reforma proposta prejudica os trabalhadores

para atender aos interesses de patrões e do mercado, que têm dívidas bilionárias com o sistema previdenciário e são beneficiados por isenções fiscais.

Segundo relatório do TCU (Tribunal de Contas da União), as isenções de impostos para empresas alcançaram R\$ 354,7 bi. Esse montante corresponde a 30% de toda receita líquida do governo no ano e supera os alegados "déficits" da Previdência Social e do regime de aposentadorias dos servidores federais, que somaram R\$ 268,8 bi em 2017.

"Os trabalhadores não podem ser o elo mais fraco do jogo entre governo e o mercado financeiro, por isso se torna tão importante o debate em torno da reforma proposta pelo atual governo. No Brasil, a Previdência é sustentada por 3 pilares de financiamento: trabalhador, empresas e governo.

Mas só os trabalhadores cumprem com esse pacto. O governo destina parte dos seus recursos para outros fins e muitos empresários deixam de pagar, resultando no déficit do sistema", explica o presidente do Sindicato dos Bancários, Roberto Carlos Vicentim.

Desde a confirmação do golpe de 2016, quando a reforma da Previdência se tornou uma das obsessões do governo Temer, os trabalhadores, apoiados pelo movimento sindical, promoveram intensa campanha contra as mudanças pretendidas que, se aprovadas, praticamente decretariam o fim do seu direito à aposentadoria. Nos últimos dois anos foram promovidos pelo Sindicato diversas manifestações. Até agora, os ataques contra a Previdência foram barrados por essa grande mobilização que deverá continuar e se intensificar se você e seus filhos um dia quiserem se aposentar. "As centrais sindicais já anunciaram uma plenária nacional em defesa da aposentadoria e da Previdência, no dia 20 de fevereiro, quando será deliberado um plano de lutas unitário. Vamos conversar com a categoria e sociedade para alertar sobre a perversidade dessas mudanças. O momento é de alerta e mobilização", conclui Vicentim.



PRINCIPAIS DEVEDORES:

JBS R\$ 1,8 bilhão

CAIXA R\$ 549 milhões

BRASESCO R\$ 465 milhões

VALE R\$ 276 milhões

BANCO DO BRASIL R\$ 208 milhões

Dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Ano 2017

EXISTEM ALTERNATIVAS PARA EVITAR O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA



- Geração de empregos formais e renda, e um modelo de política econômica que fortaleça o Estado e suas políticas sociais;
- Redução da taxa de juros Selic, que transfere recursos da Previdência para os detentores da dívida pública;
- Rever radicalmente a política de isenções fiscais para setores econômicos e famílias de alta renda;
- Combater a sonegação de impostos;
- Promover reforma tributária que cobre mais impostos dos mais ricos.

▶ Banco do Brasil

Candidata apoiada pelo Sindicato é eleita para o Caref



**A VOZ DOS
FUNCIONÁRIOS E FUNCIONÁRIAS NO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

A candidata apoiada pelo Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, Débora Fonseca, será a nova representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil (Caref). Ela venceu a eleição para escolha de representantes dos funcionários com 31.294 votos, mais do que o dobro de votos de seu concorrente, que obteve 14.366 votos.

Apoiada também pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e diversas federações de trabalhadores, a eleita trabalhará em sintonia com as entidades representativas e defenderá o fortalecimento do banco como instituição pública, os trabalhadores, seus direitos e seus interesses.

Débora é formada em Comunicação Social e atua no Banco do Brasil em São Paulo, sendo ativa militante de base e engajada nas campanhas gerais da categoria e específicas do BB.

“É importante elegermos para o Caref alguém que tenha apoio das entidades sindicais para fortalecermos nossa luta. Precisamos ocupar os espaços para ampliar a defesa do BB. E o Caref é essencial para isso, pois é no Conselho de Administração que se tomam as decisões sobre a atuação do banco público e que impactam diretamente no dia-a-dia dos empregados. Agradecemos os votos e o apoio a candidatura de Débora Fonseca”, destacou o presidente do Sindicato, Roberto Carlos Vicentim.

BB disponibiliza banco de horas para funcionários

A medida faz parte do acordo coletivo 2018-2020 e a adesão dos trabalhadores é voluntária

O Banco do Brasil disponibilizou desde o dia 5 de fevereiro, a opção de banco de horas para os seus funcionários. Bancários de todo o país cobravam pela disponibilização do sistema desde a assinatura do acordo. “Vamos monitorar a execução nos locais de trabalho para atestar o bom funcionamento do sistema de compensação de horas”, destacou o secretário geral do Sindicato Júlio Trigo.

Aqueles que decidirem por aderir poderão optar por momentos de descanso para compensar as horas de trabalho excedentes. Neste caso, será con-

cedida uma hora de descanso para cada hora excedida. Quando o banco de horas ultrapassar a jornada diária, poderá ser convertido em folga. Para isso, os funcionários deverão se cadastrar em área exclusiva da Plataforma BB.

A compensação deverá ser feita em até seis meses. O pagamento de horas extraordinárias, entretanto, permanece sendo efetuado com um adicional de 50% para aqueles que não optarem pelo novo sistema. É válido destacar que a qualquer momento o funcionário poderá alterar sua opção de banco de horas para a de pagamento de adicional.

Entidades e BB retomam as negociações da mesa da Cassi



A primeira rodada da Mesa de Negociação da Cassi entre Banco do Brasil e entidades de representação dos funcionários da ativa e aposentados aconteceu no último dia 31.

Em nome das entidades da mesa de negociação, participaram representantes da Contraf-CUT, Contec, ANABB, AAFBB e FAABB. A reunião contou ainda com todos os diretores da Cassi, eleitos e indicados.

O presidente da Cassi fez um relato das reuniões entre Cassi, Banco e Agência Nacional de Saúde – ANS e informou ainda que nova reunião com aquela entidade está agendada para a próxima semana.

Nesta primeira reunião os representantes dos funcionários defenderam como ponto de partida da negociação a proposta construída por entre as entidades e o corpo técnico da Cassi. Foram também apresentados pontos de conflito observados no processo de consulta ao Corpo Social da Cassi, como a cobrança por dependentes, mudança na governança e

a quebra da proporcionalidade contributiva entre banco e associados.

Foi ressaltado que não se pode desconsiderar a liminar que suspende a aplicação das Resoluções CGPAR para funcionários do BB e que é preciso construir uma proposta que tenha o mínimo de consenso para se levar à decisão do Corpo Social. O Banco do Brasil apresentou a divisão da negociação em três grandes blocos: governança, custeio e outros temas do Estatuto da Cassi.

As entidades cobraram do BB a apresentação de uma proposta de custeio para que seja debatida nas entidades e com os associados. O BB apresentou uma proposta de modificação no modelo de governança e apresentará uma proposta com itens de custeio na próxima reunião.

Entidades fizeram questionamentos acerca dos itens apresentados pelo banco e farão os debates internos e com os seus representados.

Para Roberto Carlos Vicentim, presidente do Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, a retomada da mesa de negociação é o passo mais importante para se construir uma proposta que atenda às necessidades da Cassi e dos Associados. “Serão iniciados os debates com os bancários e temos princípios a defender no processo negocial. Esperamos que a direção do banco entenda que o patrocinador deve também contribuir com sua parte.”

BANCO DO BRASIL LIDERA QUEIXAS

Como consequência do sucateamento dos canais físicos do banco nos últimos anos, o BB liderou o ranking do Banco Central de reclamações de clientes contra instituições financeiras no 4º trimestre de 2018.

“A responsabilidade pelas reclamações é claramente da gestão do BB, não dos bancários. O resultado da equação menos agências, menos funcionários, mais sobrecarga de tra-

balho e maior cobrança por metas, só pode ser a precarização do atendimento. Estamos vivendo um verdadeiro desmonte dos bancos públicos. As graves consequências desse processo de desmantelamento são agências cada vez mais lotadas, clientes insatisfeitos e imagem da instituição prejudicada,” defende o presidente do Sindicato, Roberto Carlos Vicentim.

Leia mais em bit.ly/2FAYMYs

► Santander

Reunião do CRT termina sem avanços

Membros da Comissão de Organização dos Empregados (COE) e representantes do Santander estiveram reunidos, no âmbito do Comitê de Relações Trabalhistas (CRT), para discutir os aumentos abusivos nos planos de saúde, unificação de cargos e os novos modelos de agência. O Santander não trouxe qualquer resposta para as reivindicações e apenas tentou justificar suas negativas para as demandas dos funcionários, responsáveis em 2018 pelo melhor resultado de sua história no Brasil (R\$ 12,398 bi), país do qual retira a maior parcela do seu lucro mundial (26%).

Em relação aos aumentos abusivos nos planos de saúde dos funcionários, os representantes dos empregados reivindicaram que o banco reveja o modelo de coparticipação

nos casos de doenças crônicas, atendimento de emergência e enfermidades graves, implantando teto mensal de 30% sobre o salário para essa cobrança. O Santander se comprometeu apenas a realizar levantamentos sobre o impacto da coparticipação.

Também foi apresentado o novo modelo de atendimento que o banco pretende implantar, de forma unilateral, ainda no primeiro trimestre. Trata-se da criação de um cargo único chamado Gerente de Negócios e Serviços, incorporando as atuais funções de caixa, agente comercial, coordenador e gerente de pessoa física. A mudança tem gerado grande preocupação nos trabalhadores, uma vez que alguns gestores afirmam que todos os funcionários terão de ter a certificação Anbima. Na avaliação do Sindi-

cato, os trabalhadores terão prazo de um ano após a unificação de cargos para se certificarem junto à Anbima, conforme resolução nº 3158 do BC. O banco também informou que os funcionários afetados manterão as atuais gratificações, comissões e carga horária. Porém, sem dar maiores detalhes, comunicou que a remuneração variável deverá sofrer alterações.

“Cobramos que as mudanças não acarretem em prejuízos para os trabalhadores. A próxima reunião está marcada para o dia 13 deste mês. Esperamos que o Santander mude essa postura desrespeitosa e apresente respostas concretas para as nossas reivindicações”, conclui o diretor do Sindicato Luiz Eduardo Campolungo.

Mais detalhes em bit.ly/2SfqTnm

► Eleições Banesprev

Sindicato apoia chapa Banesprev Somos Nós

De 6 a 18 de fevereiro serão realizadas eleições no Banesprev para os Comitês Gestores dos Planos I, III e IV; II; V; DAB, DCA e CACI-BAN; Sanprev I, II e III e Conselho de Administração do Plano Pré-75.

O Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região, Fetec-CUT/SP, Contraf-CUT e demais entidades representativas apoiam os candidatos que compõem a Chapa Banesprev Somos Nós. Todos eles são pessoas de confiança, que possuem experiência e histórico de defesa dos direitos dos bancários.

Acesse bit.ly/2VWrLl9 e confira mais sobre os candidatos apoiados pelo Sindicato e suas propostas

► Mercantil do Brasil

Bancários conquistam melhorias na PLR



Bancários do Mercantil do Brasil estiveram reunidos com representantes do banco para deliberações sobre o programa próprio de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o ano de 2019.

Durante a reunião, representantes dos trabalhadores argumentaram sobre o abusivo incremento de 30% na meta de lucro do banco para o ano de 2019, passando para R\$ 130 milhões, e a meta de redução de despesas. Foi denunciada também a imposição do banco em pagar o programa próprio somente com o cumprimento de 100% das metas. Representantes sindicais aproveitaram a ocasião para reivindicar ainda a inclusão de dependentes no recebimento do programa próprio em caso de falecimento do funcionário.

Diante ao impasse, o banco recuou de sua posição inicial e abriu a possibilidade de um gatilho que contemple o pagamento do programa próprio de PLR a partir do cumprimento de 80% da meta, ou seja,

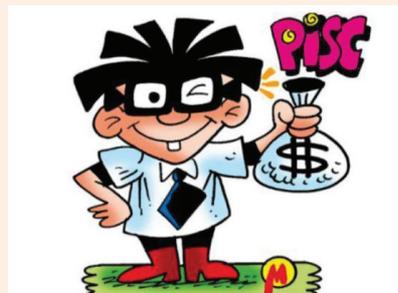
os funcionários passam a receber, proporcionalmente, a partir do lucro de R\$ 104 milhões, uma redução de R\$ 26 milhões. O gatilho de cumprimento de 80% das metas também inclui a redução de despesas e BSC, que representa o total de 50% do peso do Programa próprio, 25% cada, respectivamente.

Os representantes dos trabalhadores aguardam agora a nova redação do programa próprio de PLR.

“As entidades sindicais arrancaram melhorias significativas, entretanto, somente aqueles trabalhadores que estão na ponta do processo conseguem identificar melhor eventuais distorções e falhas do programa, denunciando junto ao Sindicato para que possamos lutar por melhores condições de trabalho para toda a categoria”, complementa o diretor do Sindicato, Carlos Alberto Moretto.

► Itaú

Aprovada renovação de PCR e bolsas de estudo



A união entre Sindicato e bancários sempre rende bons frutos para a categoria. Bancários do Itaú aprovaram, em assembleia, a proposta de renovação dos acordos do PCR (Programa Complementar de Resultados) referentes a 2019 e 2020 e da concessão de 5.500 bolsas de estudo disponibilizadas para graduação, segunda graduação e pós-graduação para o mesmo período.

O valor do PCR de 2019 ficou em R\$ 2.900, teve aumento de 9% em relação ao valor pago em 2018; e será reajustado em 2020 pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais aumento real a ser

conquistado na próxima Campanha Nacional dos Bancários. As bolsas terão reajuste de 5% no próximo ano e serão no valor de R\$ 410 mensais.

Carlos Alberto Moretto, diretor do Sindicato, ressalta que os reajustes são conquistas da unidade e mobilização da categoria junto às entidades representativas. “Mais um avanço importante proveniente da relação de confiança e parceria construída ao longo de décadas entre o Sindicato e trabalhadores. É válido ressaltar que a PCR e as bolsas não são benefícios concedidos pelo banco, mas sim fruto da luta dos bancários. Os últimos resultados divulgados pelo Itaú demonstram que o banco pode oferecer mais e continuaremos lutando incessantemente, como representantes dos trabalhadores, para que haja uma valorização real dos funcionários, embora esses reajustes já representem um grande avanço para a categoria. A nossa luta continua”, conclui o diretor.

► Caixa

Sindicato cobra mais empregados e melhorias das condições de trabalho

A defesa de melhorias das condições de trabalho, do Saúde Caixa e por mais transparência na gestão marcou os debates da primeira negociação em 2019 com a Caixa Econômica Federal, realizada no dia 01 de fevereiro, em Brasília (DF). Entre outras questões, os representantes dos empregados cobraram soluções para problemas como a contratação de mais empregados, fechamento de agências, descomissionamento e contra o fatiamento do banco público.

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO

Sobre a declaração do presidente da Caixa de que pretende contratar concursados aprovados no concurso de 2014, representantes da empresa argumentaram que a área de gestão de pessoas está realizando estudos e que, posteriormente, os resultados serão encaminhados para as instâncias de deliberação do banco. Ou seja, não há previsão de quando ou quantas pessoas serão realmente convocadas.

Sem contratações, o banco público continua reduzindo drasticamente seu quadro de pessoal. Com a reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE), mais 1.426 empregados se desligaram. Assim, conforme dados de 31 de dezembro, a Caixa tem 84.952 trabalhadores

A convocação dos aprovados no concurso de 2014 é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e do movimento sindical, que consta no ACT de 2015, mas que nunca foi cumprida mesmo após intervenção do Ministério Público do Trabalho (MPT).

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Cobrada pela CEE/Caixa, o banco apresentou uma proposta de modelo de atuação dos fóruns regionais de condições de trabalho para 2019. Os representantes dos trabalhadores irão avaliar o documento e fazer os ajustes que forem necessários. Se-

gundo a empresa, está assegurado o funcionamento dessas instâncias para debater os problemas que afetam diretamente as estruturas e relações de trabalho nas unidades.

A CEE/Caixa também fez questionamentos sobre o descomissionamento via Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP). “Nossa reivindicação histórica é pelo fim da GDP e a Caixa coloca o programa de desempenho para justificar descomissionamentos. Isso é inadmissível, um desrespeito ao que foi negociado na mesa”, disse Dionísio Reis, coordenador do CEE.

PROCESSOS SELETIVOS INTERNOS

Os representantes dos trabalhadores cobraram também transparência e o fim das discriminações nos Processos Seletivos Internos. A criação dos PSIs foi uma conquista dos trabalhadores para combater as nomeações no banco. Vale destacar que, antes mesmo da divulgação do resultado do PSI para a vice-presidência de logística e operações, a imprensa já divulgava o nome do brigadeiro da Aeronáutica Mozart Farias como escolhido para ocupar o cargo.

VALE COMBUSTÍVEL

Após cobranças em mesa de negociação, a Caixa anunciou que desde o dia 17 de janeiro já está disponível para os Gerentes de Canais de Atendimento o auxílio combustível para estes empregados utilizarem nas visitas aos parceiros e lotéricos. Essa é uma reivindicação histórica da categoria.

SAÚDE CAIXA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Ficou definido na negociação com a Caixa a retomada dos debates de dois grupos de trabalhos paritários: GT Saúde Caixa, que deverá se reunir no dia 19 de fevereiro, e GT Saúde do Trabalhador no dia seguinte. A criação desses GTs foi fruto da pressão

dos trabalhadores, para criar fóruns de debates para aprofundar e buscar soluções para questões que são extremamente relevantes para os empregados. Na reunião do GT Saúde Caixa, por exemplo, serão debatidas questões como modelo de custeio e qualidade do atendimento. “Vamos reafirmar nosso posicionamento em defesa dos usuários do plano de saúde e de que o Saúde Caixa deve ser para todos”, acrescentou Dionísio Reis.

Para subsidiar os debates do GT Saúde do Trabalhador, a comissão entregou aos representantes os resultados da pesquisa Saúde do Trabalhador da Caixa 2018, realizada pela Fenae, e um conjunto de propostas para melhorar as condições de saúde dos empregados do banco.

HISTÓRICO - O concurso de 2014 foi um dos maiores realizados pela Caixa, com quase 1,2 mi de inscritos. Foram considerados aprovados 32.879 mil candidatos. No entanto, foram contratados menos de 8% do total. Já faz mais de dois anos que ninguém é chamado. Nesse período, várias mobilizações foram realizadas, convocadas pelo Sindicato. “Há anos, o Sindicato denuncia a falta de trabalhadores e luta por melhores condições de trabalho. A realidade hoje é de empregados sobrecarregados nas unidades de todo o país. O Brasil precisa de uma Caixa forte, e isso só é possível com a contratação de mais empregados”, defende o diretor do Sindicato, Antônio Júlio Gonçalves Neto, o Tony.

Leilão da Lotex é adiado



O leilão das Loterias Instantâneas da Caixa (Lotex) foi adiado mais uma vez. A Comissão de Outorga que trata do assunto informou que a nova data prevista é 26 de março. A venda da Lotex representa uma perda enorme para milhões de brasileiros, já que arrecadação é alta e boa parte dela é investida pelo banco público em programas sociais.

Em 2017, as loterias Caixa registraram, de forma global, arrecadação próxima a R\$ 14 bilhões. Desse montante, quase metade (48%) foi destinado aos programas sociais. Se a venda for efetivada, o repasse deverá ser reduzido drasticamente. O valor a ser arrecadado pelo leilão também caiu muito. Em 2016, especulava-se em até R\$ 4 bilhões. No primeiro edital, em 2017, com con-

cessão de 25 anos, o valor mínimo estava em quase um R\$ 1 bilhão. Mais recentemente, a expectativa é de arrecadar R\$ 642 mi com o pagamento da outorga em 3 anos, com concessão por 15 anos e parcelado em quatro vezes, o que representa uma verdadeira liquidação do patrimônio brasileiro.

O diretor do Sindicato e empregado da Caixa, Antônio Júlio Gonçalves Neto, alerta sobre a necessidade de dialogar com a sociedade sobre a importância dos bancos públicos e demais estatais para o desenvolvimento do país e para o combate à desigualdade social. “A venda da Lotex sinaliza o início de um processo de sucateamento de empresas, bens e serviços públicos, que trarão consequências inclusive para os empregados da Caixa, que já sofrem hoje as ameaças de privatização. Por isso, a luta contra a privatização da Lotex e por um banco 100% público deve ser assumida por todos os brasileiros. É um retrocesso que poderá preceder muitos outros”, alerta o diretor.

LEIA MAIS NO SITE bit.ly/2Bl6Utp

► Dia Internacional da Mulher

MULHERES EM MOVIMENTO MUDAM O MUNDO

No dia 8 de março, as mulheres são lembradas pela força, coragem e capacidade de luta

Comemorado em 8 de março, o Dia da Mulher não é apenas uma data comemorativa. É a oportunidade para a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, os direitos que ainda não foram conquistados e aqueles que não são preservados.

Desde o século XIX, elas buscam mais respeito, mais dignidade e igualdade de oportunidade. Muitos direitos já foram conquistados, porém, ainda há muitos a serem reivindicados. As mulheres foram às greves contra as longas jornadas, baixos salários, más condições de trabalho e pelo fim do trabalho infantil. No Brasil, essas lutas surgiram no início do século passado.

O direito ao voto, só conquistado em 1932, mobilizou a ação feminina nas décadas de 1920 e 30. A partir dos anos 1970 surgiram organizações que passaram a incluir nas discussões a igualdade entre os gêneros, a sexualidade e a saúde da mulher. A luta se fortaleceu e resultou em valiosas conquistas, tais como a ampliação da licença maternidade prorrogada para 180 dias e a Lei Maria da Penha, sancionada

em 2006 com o objetivo de punir com mais rigor os agressores contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Com a aprovação da lei, o feminicídio também passou a constar no Código Penal como crime.

A criação da lei foi uma grande vitória, mas ainda é alto o número de feminicídios no Brasil. A Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, registrou nos primeiros 7 meses de 2018 mais de 740 denúncias de feminicídios e tentativas de homicídio contra mulheres e quase 80 mil relatos de violência de gênero.

A batalha pela igualdade de gênero também enfrentou um período longo e gradual, evolutivo. E apesar dos avanços, em 2019 o cenário ainda é alarmante. Não há equiparidade, como mostram dados divulgados pelo IBGE: mesmo trabalhando mais, as funcionárias recebem em média apenas 77% do salário dos homens.

A categoria bancária sempre teve papel importante nesta luta, tanto que foi a primeira a conquistar uma cláusula de igualdade de oportunidades na sua Convenção Coletiva de Trabalho e é citada como exemplo pela Organiza-



ção Internacional do Trabalho (OIT) por esta conquista. A desigualdade de oportunidades no ambiente de trabalho prejudica cruelmente as mulheres. Por isso, quanto mais pudermos refletir e falar sobre isso, mais contribuímos para as mudanças.

Neste 8 de março, o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região parabeniza a todas as mulheres, mas sobretudo, reforça seu compromisso de luta pela defesa dos direitos de ocupar qualquer cargo ou profissão com

salários e oportunidades iguais aos dos homens. Também reforça sua luta contra a exploração sexual, estereótipos e preconceitos ainda incutidos em nossa sociedade e o assédio moral, visando a construção de um país justo e igualitário, com condições decentes de trabalho para todas. Esta edição do Informação Bancária é uma homenagem a todas as mulheres, porque lutar por seus direitos e conquistas é a melhor forma de homenageá-las!

► Digital



Cada vez mais conectado em você

Quer ficar por dentro de todas as informações relevantes para a categoria bancária e para o mundo do trabalho, conhecer seus direitos conquistados com muita luta e ainda ficar ligado nos diversos benefícios que só bancários associados ao Sindicato possuem? Não perca tempo e conecte-se já ao site e às redes sociais do Seeb Catanduva:

Site: (www.bancariosdecatanduva.com.br)

Facebook: (facebook.com/bancarioscatanduva)

Twitter: (twitter.com/seebcats)

WhatsApp: (17) 99259 - 1987

Categoria informada é categoria fortalecida!



CONVÊNIOS EXCLUSIVOS

Ponto Chic

Rua Maranhão, 823, Centro, Catanduva-SP

Contato: (17) 3524-4804

Concede 15% de desconto em todas as compras para bancários sindicalizados mediante apresentação de carteirinha do Sindicato.

Espaço Premium - Saúde e Bem-Estar

Rua Alagoas, nº 56, Centro, Catanduva-SP

Contato: (17) 3524-5313 / (17) 98810-1807

Concede descontos de 5% a 10% para bancários sindicalizados nos serviços de esmalteria, cabeleireira e escovaria, nutricionista, massoteria, design de sobremesas e microblading, mediante apresentação da carteirinha do Sindicato.

Colégio Objetivo

Rua Aracajú, 242, Centro - Catanduva-SP

Contato: (17) 3522-5315

Concede desconto de 15% no valor de tabela das mensalidades das instituições Objetivo Baby Catanduva, Colégio Objetivo Catanduva e Objetivo Urupês, mediante apresentação de carteirinha do Sindicato e, em caso de dependentes legais (1º grau), o respectivo documento comprobatório.

VEJA MAIS NO SITE
www.bancariosdecatanduva.com.br